



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONTRATO CNMP 006/2012

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO
NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP E A
PESSOA JURÍDICA ALSAR TECNOLOGIA EM REDES
LTD, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FORMA
ABAIXO:

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ n.º 11.439.520/0001-11, situado no SHIS QI 03, lote A, blocos B, E e G, - Lago Sul - Brasília/DF, representado neste ato por sua Secretária Executiva, Sra. SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL, brasileira, divorciada, servidora pública, RG 980.300 - SSP/DF, CPF: 386.128.521-53 no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria CNMP n.º 94, de 14 de dezembro de 2010, ou, nas ausências e impedimentos desta, pelo seu substituto, Sr. EDIMILSON AVELINO DA SILVA, brasileiro, divorciado, servidor público, RG: 2.620.787 - IFF/RJ, CPF: 219.676.957-68, conforme Portaria CNMP-PRESI n.º 002, de 09 de Janeiro de 2012, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a pessoa jurídica **ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA**, CNPJ n.º 04.799.835/0001-04, estabelecida à SCN Quadra 01 Bloco F Entrada 79, 1º andar, Sala 130 - Asa Norte - Brasília/DF, CEP: 70.711-905, neste ato representada por seu sócio **RONEI SOUZA DE MACHADO**, brasileiro, casado, Analista de Sistemas, natural de Belo Horizonte/MG, inscrito no RG sob o n.º 808879 SSP-DF, e no CPF sob o n.º 393.547.171-87, residente e domiciliado à SHIS QI 15 Conjunto 7, Casa 24, Lago Sul - Brasília/DF, CEP: 71.635-270, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo CNMP n.º 0.00.002.001404/2011-61, referente ao Pregão Eletrônico n.º 68/2011, considerando as disposições estabelecidas na Lei n.º 10.520 de 17/07/2002 e Lei n.º 8.666 de 21/06/1993, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, pelo Decreto n.º 3.555 de 08/08/2000, Decreto 5.450, de 31/05/2005, Decreto n.º 5.504 de 05/08/2005, MPOG/IN n.º 04/10, Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006 e Decreto n.º 7.174/2010, no que couber, com as devidas alterações, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 10 (dez) licenças de software de virtualização - Citrix XenServer Enterprise Edition com serviço de atualização pelo período de 12 (doze)

Processo CNMP n.º 0.00.002.001404/2011-61

Contato CNMP n.º 006/2012

Assessoria Jurídica
Secretaria Executiva / CNMP



co ou por meio de área restrita em site da Web para a realização de download, em até 05 (cinco) dias úteis após disponibilizados pelo fabricante.

2.3 Item 03 - Serviço de suporte técnico para a solução de virtualização do CNMP, pelo período de 12 (doze) meses

2.3.1 O suporte técnico prestado pela contratada será acionado pelo contratante através da abertura de chamados técnicos e deverá englobar suporte às seguintes atividades, dentre outras:

2.3.1.1 resolução de problemas de indisponibilidade da solução de virtualização;

2.3.1.2 resolução de problemas de desempenho da solução de virtualização;

2.3.1.3 instalação do software fornecido;

2.3.1.4 instalação de atualizações e patches de correção do software fornecido;

2.3.1.5 ativação e configuração de quaisquer funcionalidades do software fornecido;

do;

2.3.1.6 esclarecimento de dúvidas técnicas do contratante sobre o funcionamento

do software fornecido e quaisquer de suas funcionalidades;

2.3.1.7 dimensionamento de servidores virtuais, ajuste fino (tuning) da solução

de virtualização e criação de rotinas de backup para a solução de virtualização;

2.3.1.8 implantação, manutenção ou modificação da solução de virtualização;

2.3.2 Sempre que um chamado não puder ser resolvido sem a presença de um técnico da

contratada no local, a contratada deverá prestar o atendimento on-site, nos endereços do CNMP descritos na Cláusula Terceira, sem prejuízo do cumprimento dos prazos acordados e mediante agendamento prévio com os responsáveis técnicos do CNMP;

2.3.3 O serviço de suporte técnico deverá ser executado na modalidade 24x7 (24 horas por

dia e 07 dias por semana);

2.3.4 O contratante deverá ser capaz de contatar Central de Atendimento da contratada

para fazer a "Abertura de Chamados Técnicos" através de número telefônico local em Brasília/DF ou gratuito e endereço de e-mail ou site da Web seguro, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete dias por semana);

2.3.5 Os números de telefone, endereços de e-mail e endereço do site Web de que tratam

o item anterior deverão ser disponibilizados pela contratada a partir da assinatura do contrato;



execução do atendimento, será necessária a autorização prévia do CNMP;

2.4 Item 04 - Serviço de suporte técnico para a solução de virtualização do CNMP, pelo período de 12 (doze) meses adicionais

2.4.1 A contratada deverá prestar o serviço de suporte técnico, conforme as especificações e condições estabelecidas no item 2.3, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de encerramento do serviço de suporte técnico do item 2.3.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços de atualização e suporte técnico, quando necessário atendimento on-site, deverão ser prestados nas Sedes do CNMP, em Brasília-DF, nos seguintes endereços:

3.1.1 CNMP - Sede:

SHIS QI 03, Lote A, Bloco B, Edifício Terracotta

Lago Sul, Brasília/DF

CEP: 71605-200

3.1.2 CNMP - Sede Administrativa:

Sector de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco "J"

Asa Sul, Brasília/DF

CEP: 70070-925

3.2 Em caso de mudança da(s) sede(s) do CNMP para outro local no Distrito Federal, os serviços de atualização e suporte técnico deverão continuar sendo prestados pela Contratada, nas mesmas condições estabelecidas neste Contrato.

3.3 O endereço da nova Sede do Conselho Nacional do Ministério Público será comunicado a CONTRATADA, mediante ofício emitido pela CONTRATANTE.



- 5.11 Também constituem responsabilidade da CONTRATAÇÃO os pagamentos dos encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, sem nenhuma solidariedade do Conselho.
- 5.12 Providenciar que seus funcionários portem crachá de identificação quando da execução dos serviços;
- 5.13 Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do gestor designado pelo Conselho Nacional do Ministério Público para acompanhamento da execução do contrato, prestando-lhe os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 5.14 Disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes;
- 5.15 Manter atualizado o endereço comercial, de e-mail, o número de telefone e de fax.
- 5.16 Prestar o suporte técnico, conforme Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 assegurar o acesso de pessoal autorizado pela CONTRATAÇÃO, devidamente identificado, responsável pela execução dos serviços, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;
- 6.2 relacionar-se com a CONTRATAÇÃO exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 6.3 prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho dos serviços e ao fornecimento dos softwares;
- 6.4 efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATAÇÃO, após o cumprimento das formalidades legais.
- 6.5 O CONTRATANTE, por meio da Coordenadoria de Administração, reserva-se ao direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços e, ainda, aplicar multa ou rescindir o contrato, caso a CONTRATAÇÃO desobedeça a qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento.
- 6.6 Será nomeado Gestor e substituto que serão responsáveis pela fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e atestando a nota fiscal quando do recebimento definitivo.
- 6.7 Realizar, quando conveniente, a substituição do gestor designado por outro profissional, mediante comunicação endereçada à CONTRATAÇÃO.
- 6.8 Comunicar à Contratada quaisquer ocorrências julgadas pertinentes ao contrato, solicitando, quando for o caso, imediatas providências visando a sua normalização.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, até o décimo dia útil após o Termo de Recebimento definitivo, o valor do item 1 da Cláusula Oitava deste instrumento, referente a aquisição de 10 (dez) licenças do software de virtualização Citrix XenServer Enterprise Edition.

9.2 O pagamento dos serviços de atualização de versão e de suporte técnico dar-se-ão mensalmente, pelo período de 24 (vinte e quatro meses), conforme descrição dos itens 2 a 4 na tabela da Cláusula Oitava deste Contrato.

9.2 O pagamento será efetuado a favor do licitante vencedor, mensalmente, após a aceitação dos serviços, até o décimo dia útil, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, por meio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceito pelo CNMP.

9.3 Na nota fiscal deverá constar o Endereço, CNPJ e o domicílio bancário da CONTRATADA, bem como o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto, com valores expressos em moeda corrente nacional.

9.4 A licitante deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Conselho Nacional do Ministério Público, CNPJ nº 11.439.520/0001-11.

9.5 Sobre o valor da Nota Fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15.12.2004 e 539, de 25.04.2005 e Lei Complementar nº 116/2003.

9.6 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições da Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - "SIMPLES" (Lei nº 9.317/96), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

9.7 A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

9.8 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.9 Ao CNMP fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços fornecidos, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as



patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

11.2 A CONTRATAÇÃO responderá civilmente pelos furtos e roubos que porventura venham a ocorrer no interior das dependências da CONTRATANTE nos casos em que ficar comprovado dolo ou culpa de seus prepostos.

11.3 Na hipótese de verificação dos danos, a CONTRATADA ficará obrigada a promover a reposição do bem em condições idênticas ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor da garantia contratual ou da fatura do mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E RECURSOS

12.1 O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

12.2 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, o licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

12.3 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo de outras:

12.3.1 advertência

12.3.2 multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) do valor total das licenças, por dia de atraso, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

12.3.3 Multa de 0,5% sobre o valor total do serviço de suporte técnico por hora ou fração de atraso no atendimento de um chamado, limitado a 10% do valor total dos serviços de suporte técnico.

12.3.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, no caso de descumprimento parcial ou total de qualquer obrigação pactuada.



12.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Edifício-Sede II deste Conselho, sito: SAS Quadra 03, Bloco J - Sala 110, Asa Sul, Brasília-DF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A rescisão do contrato poderá ser:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;

13.3.2 amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; e

13.3.3 judicial, nos termos da legislação.

13.4 A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.5 De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

13.5.1 devolução de garantia, caso houver;

13.5.2 pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

13.5.3 pagamento do custo de desmobilização.

13.6 A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

13.6.1 a execução da garantia contratual, caso houver, para ressarcimento à CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

13.6.2 retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.



16.4 A revisão será formalmente solicitada pela contratada junto ao Contratante, cujo pedido deverá conter os elementos indicativos que amparem a pretensão.

16.5 Somente após a formalização do competente termo aditivo ou de apostilamento, poderá a CONTRATADA apresentar cobrança com o novo valor devido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 Nos Termos do Art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93, o CNMP designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de Portaria específica, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

17.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante

deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

17.3 Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pelo

CNMP, representá-la na execução do Contrato.

17.4 O CONTRATANTE, poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em

desacordo com o Contrato.

17.5 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao Objeto do Contrato, deverão ser

prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

18.1 As licenças de software, descritas na Cláusula Segunda deste instrumento, deverão

ser entregues pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho, no Almoxarifado do CNMP, situado no SAS (Setor de Autarquias Sul) quadra 3, bloco J -

Brasília/DF - CEP: 70070-030, no período compreendido entre 12 e 19 horas, de segunda a sexta-feira.

18.2 A Contratada deverá fornecer a especificação técnica e os manuais de instalação e

operação do software em meio digital.

18.3 O recebimento do objeto se dará:

18.3.1 Provisoriamente, no ato da entrega no almoxarifado do CNMP, para que seja

feita posterior verificação da conformidade das licenças de software com as especificações descritas no Termo de Referência, pela Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP;

18.3.2 Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provi-



das obrigações assumidas neste contrato, incluindo-se as previstas na Cláusula Segunda, mediante requerimento da licitante vencedora.

20.7 A perda da garantia em favor do CNMP, por inadimplemento das obrigações contratuais firmadas, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato a ser firmado.

20.8 A garantia deverá ser integralizada em no máximo 30 (trinta) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção, em conformidade com o art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

20.9 A qualquer tempo, mediante comunicação ao CNMP, poderá ser admitida a substituição da garantia, conforme modalidades do item 20.2.

20.10 Se o valor da garantia for utilizado como pagamento de qualquer obrigação, a licitante vencedora obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data em que for notificada pelo CNMP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1 O Foro da Cidade de Brasília/DF é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília, 13 de fevereiro de 2012.

SÔNIA MARCIA FERNANDES AMARAL
Secretaria de Administração
Conselho Nacional do Ministério Público
Matr. 3580-7

RONEL SOUZA DE MACHADO
Alsar Tecnologia em Redes Ltda

TESTEMUNHAS:

CPF: 938.057.991-87

CPF:

APPROVO

Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre
Secretaria-Geral Adjunta do CNMP
Contato CNMP nº 006/2012

Processo CNMP nº 0.00.002.001404/2011-61

Assessoria Jurídica
Secretaria Executiva / CNMP